

DESLOCAMENTOS BUTLERIANOS CONTRA AS PEDAGOGIAS DA EXCLUSÃO

Fabrcio de Sousa Sampaio

*Instituto Federal de Educao, Cincia e Tecnologia do Maranhao- IFMA/Campus Araiases.
E-mail: farcosousa@yahoo.com.br.*

Resumo: A educao como processo socializador se vincula profundamente a laos de normalizao, classificao e diferenciao social dos sujeitos. Em sua funo normalizadora, os processos educacionais no deixam de contemplar, em suas prticas curriculares, inmeras violncias cuja maioria so naturalizadas socialmente. Este artigo objetiva repensar estes processos educativos violentos em uma perspectiva “transviada”¹ e de “reconhecimento das diferenas”². Para tanto, as categorias utilizadas por Judith Butler so revisitadas com a pretenso de problematizar as atuais pedagogias heteronormativas³. Performatividade de gnero, inteligibilidade, enquadramento, vulnerabilidade, precariedade, abjeo e matriz heterossexual constituem as principais ferramentas analíticas acionadas nesta reviso crtica performatizadora de uma educao na/pela/para diferena nos atuais cotidianos escolares brasileiros. O reconhecimento das categorias acima poderiam engendrar processos de desnaturalizao das pedagogias violentas alavancadas pelos mais diferentes atores escolares.

Palavras-chave: Judith Butler, Pedagogias Heteronormativas, Diferena.

Introduo

O conceito de excluso social atualmente traduzido como descarte, invisibilizao, desfiliao e desintegrao em relao s condies de vida consideradas dignas que, muitas vezes, tais condies so definidas pelas prprias diferenas em favor de suas peculiaridades (STRECK, 2009, p.552). Todavia, esse conceito torna-se limitado se no se referir s estruturas sociais responsveis pela produo e reproduo das situaes de excluso social (Ibid., p.554).

A educao inclusiva, como veiculo de disseminao da justia, solidariedade, respeito, equidade e participao democrtica, incompatvel com uma perspectiva de integrao, disseminada pela retrica neoliberal. A incluso percebe a inevitabilidade da diversidade e de uma aprendizagem para saber lidar com ela. Ao contrrio, a integrao defende a construo de “caminhos alternativos e paralelos para os alunos mais diferentes [...]” (FREIRE, 2008, p.13).

Na perspectiva inclusiva, a escola deve ser reorganizada e reestruturada para celebrar e reconhecer as diferenas em contextos restritivos (FREIRE, 2008, p. 10), pois o problema da

¹ Berenice Bento (2014) usa o termo “transviado” para traduzir culturalmente o termo *queer* para o Brasil. O “queer” (bicha) no contexto norte-americano se refere a tentativa de positivar a injria em locus de identificao.

² Miskolci (2016).

³ A heteronormatividade como dispositivo contemporneo da sexualidade nos termos de Richard Miskolci (2009) se refere ao conjunto de discursos, prticas e saberes que institui a heterossexualidade como nica possibilidade natural de viver (JUNQUEIRA, 2012, p.66).

não aprendizagem ou não participação discente no processo educativo está nas instituições educacionais: sua pedagogia, currículo e prática docentes. Ao invés de identificar alunos⁴ com dificuldades tipificadas através da avaliação de especialistas – modelo integrativo –, o foco passa a ser na escola, na classe e nas condições que potencializam o processo de ensino-aprendizagem do/as aluno/as como um todo (FREIRE, 2008, p.11).

Partindo da defesa de uma escola inclusiva, este artigo de revisão bibliográfica objetiva refletir sobre as “pedagogias de exclusão” (GENTILI, 2008) tendo como referência as categorias acionadas pela filósofa Judith Butler. Inicialmente, as ferramentas analíticas butlerianas são utilizadas para deslocar os processos educativos de maneira geral. E, no segundo momento, estas categorias são alavancadas para criticar o lugar curricular que as diversidades de gênero e sexual têm nas escolas brasileiras.

Metodologia

Este artigo representa uma primeira tentativa de interpretar as reflexões advindas da pesquisa bibliográfica iniciada em 2018. O objetivo central desta revisão teórica é articular as categorias acionadas pela filósofa Judith Butler em uma postura crítica com relação aos atuais processos educacionais brasileiros. Neste trabalho inicial foram consideradas as obras: *Problemas de gênero* (2010); *Cuerpos que importan: sobre los limites materiales y discursivos del 'sexo'* (2002); *Deshacer el género* (2006a); *Vida precária: el poder del duelo y la violencia* (2006b); e *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto* (2016a). Vale ressaltar que, o recorte bibliográfico elaborado para construção deste artigo é situacional e se refere ao raciocínio do pesquisador em suas reflexões acerca da educação brasileira as quais não se filiam necessariamente a determinada ciência social, mas buscam, ao contrário, subverter as fronteiras das disciplinas científicas para construir uma criticidade outra sobre a educação do Brasil.

Resultados e Discussão

As desigualdades entre os sujeitos e as sociedades são consideradas os fundamentos sociais para promoverem as melhorias, os esforços e os ímpetos de competitividade entre os indivíduos necessários para edificar a qualidade total nos processos sociais neoliberais. Em outros termos, estes fundamentos balizam o exercício do “princípio do mérito” (GENTILI,

⁴ Utilizo a letra x em substituição aos artigos definidos o e a para respeitar a diversidade de gênero que a escrita pode contemplar.

2008, p.227). Neste íterim, as inúmeras avaliações internas e os testes de larga aplicados em todos os processos educativos, objetivam mensurar o mérito que determinados sujeitos possuem para justificar as futuras recompensas sociais que xs estudantes poderão obter.

Para alcançar o mérito educacional, as instituições escolares, em tempos de ofensiva neoliberal, são obrigadas às padronizações em todos os seus processos pedagógicos desde o planejamento das aulas, os métodos e as técnicas de ensino e de avaliação, até o tratamento curricular direcionado às diversidades e às diferenças que constituem todas as salas de aula no país. Se a desigualdade é o princípio epistemológico que rege as políticas e práticas neoliberais, pois ela conduz os sujeitos ao sucesso por incitar a competitividade, não é de se estranhar que todas as pedagogias neoliberais são pautadas em imperativos de exclusão pedagógica e social: aquilo que é representado como mérito em determinado contexto avaliativo, é conseguido às custas de incisivas práticas excludentes. Em resumo, é necessário excluir para incitar o empreendedorismo que levará ao sucesso dos sujeitos nas sociabilidades neoliberais.

Para definir padrões curriculares necessários à mensuração do mérito acadêmico dxs estudantes, a escola precisa engendrar processos cotidianos de normalização, classificação e diferenciação social de todos sujeitos que constituem as instituições educacionais. Tais processos excludentes buscam performatizar os tipos ideais de educação, de sujeito a ser formado e de configuração cultural. A retórica neoliberal não inventou os processos de padronização, normalização ou exclusão alavancados nos cotidianos escolares, parece que ela os intensificou.

Judith Butler, considerada a ‘rainha queer’, é atualmente uma das teorias de gênero mais importante no cenário mundial. Ela é professora de retórica e literatura comparada na Universidade da Califórnia – Berkeley – e seus livros recorrem a teorias feministas, psicanalíticas e pós-estruturalistas (SALIH, 2015, p.9). É difícil situá-la num campo intelectual e suas apostas permeiam o questionamento do sujeito e os processos de sua construção.

Uma das primeiras categorias utilizadas por Butler que podemos destacar na crítica à educação brasileira é o conceito de inteligibilidade⁵. Em cada contexto cultural e/ou escolar, existem molduras que servem para definir o que deve ser conhecido e reconhecido. Se o currículo é o feixe de conhecimentos que devem ser movimentados no cotidiano escolar, tal

⁵ Esquema histórico que estabelece aquilo que pode ser conhecido ou apreendido. Nem tudo que é apreendido obtém reconhecimento. O ato de conhecer algo ou alguém não produz consequentemente atos de reconhecimento. Para estes atos, existem condições sociais que os governam. Os esquemas de inteligibilidade produzem as normas que estruturam as condições de ser reconhecido (BUTLER, 2016a, p.21).

currículo se configura em um artefato cultural de seleção e atribuição da inteligibilidade dos saberes que serão autorizados pela escola. A pesquisa em educação geralmente vem criticando a ininteligibilidade atribuída historicamente aos conhecimentos do senso comum e daqueles produzidos pelas culturas populares e/ou não-hegemônicas.

Os esquemas de inteligibilidade estão relacionados às condições de governar os processos de reconhecimento que Butler, fundamentada em Hegel, considera uma “luta constante” (BUTLER, 2016b, p.28) onde a perfeição nunca está garantida – ocorrendo dentro de normas sociais. O reconhecimento de algo ou alguém depende de como ocorre a percepção de determinado sujeito ou fenômeno da vida cotidiana, por que o ato de reconhecer é determinado das normas e condições que o atravessam. Neste sentido, Butler enfatiza que o reconhecimento completo é uma fantasia que aprisiona o sujeito [e seus artefatos] em um espectro de possibilidade e dever ser. É por isso que Butler ressalta que a privação de reconhecimento direcionada a determinados corpos – e, no caso da discussão deste artigo, de determinados componentes, práticas e saberes curriculares –, ameaça a possibilidade destes elementos não persistirem (BUTLER, 2016, p.36).

A filósofa também utiliza o termo “enquadramento” de Erving Goffman para se referir a esses esquemas que se vinculam a operações de poder. O reconhecimento – consequência de determinada maneira de conhecer – é governado por determinado enquadramento que se reproduz através do mecanismo da performatividade (BUTLER, 2016a). Como reiteração de normas sociais, a performatividade não é um ato singular ou voluntarista do sujeito e diferentemente de performance, também não é um ato primariamente teatral. A sua “aparente teatralidade se produz na medida em que permaneça dissimulada sua historicidade e, inversamente, sua teatralidade adquire certo caráter inevitável pela impossibilidade de revelar plenamente sua historicidade” (BUTLER, 2002, p.34).

Nas recentes colocações da filósofa, a performatividade é o mecanismo de reprodução de todas as normas sociais. Os ideais de comportamento dos estudantes e docentes, os discursos da meritocracia e exclusão, as políticas e práticas curriculares bancárias e os sistemas classificatórios de corpos que não se encaixam na heteronormatividade, precisam ser performatizados cotidianamente nos mais diversos contextos de sociabilidade para continuarem a existir.

A performatividade também é utilizada para produzir a inteligibilidade da retórica neoliberal em detrimento de uma educação democrática, emancipatória e crítica. Discursos como preparação para o mercado de trabalho e preparação para a vida no trabalho são

acionados para fabricar as condições de ininteligibilidade de outros discursos que se propõem a questionar as estruturas sociais de dominação, exploração e desigualdade, que poderiam estar presentes em determinados componentes curriculares ou em todos.

Diante do exposto, podemos fazer uma primeira consideração. Tanto os conteúdos, saberes e conhecimentos curriculares quanto as práticas pedagógicas realizadas coexistem nas instituições escolares sob governo de determinados esquemas de inteligibilidade e enquadramento que, através da performatividade, classificam, estigmatizam, abjetam, precarizam e/ou vulnerabilizam tudo aquilo que não obteve reconhecimento curricular. Pedagogias ativas e participativas, discussões sociológicas e filosóficas e reflexões críticas sobre o conceito científico de gênero e de sexualidade perfazem, na atualidade da educação brasileira, caminhos curriculares que devem ser precarizados, vulnerabilizados ou expurgados do cotidiano escolar neoliberalizado, autoritário, heteronormativo e violento.

Além disso, determinados corpos discentes e docentes, não conseguem ser reconhecidos e citados nos espaços escolares em detrimento de outros corpos que historicamente tem a naturalização de seu reconhecimento performatizada. Estes corpos não-reconhecidos se vinculam à “exposição compartilhada à precariedade” cuja condição implica uma obrigação recíproca de produzir condições igualitárias de convivência humana (BUTLER, 2016, p.38). Determinadx estudante ou profissional do ensino pode ser reconhecidx como alvo de “pedagogias do insulto e do armário” assim como valorização e premiação públicas.

O insulto, como um dos elementos acionados na normalização, atua para naturalizar uma determinada identidade ou performance padronizada como natural, geralmente a heteronormativa. Em acréscimo, a “pedagogia do armário” é uma tradução da “pedagogia do insulto” que objetiva controlar, silenciar, invisibilizar corpos, práticas e saberes que escapam à força social heterorreguladora (JUNQUEIRA, 2015, p.39-0).

Todos os corpos nos mais diferentes contextos culturais, estão sujeitados entre si e por isso são vulneráveis, ou seja, a formas diversas de violência (BUTLER, 2006). A vulnerabilidade generalizada dos corpos humanos – que surge com a vida e precede a formação do “eu” – expõe a necessidade de se pensar uma comunidade global balizada pelo reconhecimento dessa condição. A filósofa sugere refletir sobre os recentes acontecimentos sociais a partir do questionamento sobre o que é considerado humano ou que vida conta como vida humana. Parafraseando Judith Butler, podemos questionar: que corpos contam nos processos educativos brasileiros na atualidade?

Determinados corpos, sujeitos ou populações são mais vulneráveis do que outros

quando circulam pelos contextos sociais. Os marcadores sociais da diferença atuam interseccionalmente para vulnerabilizar ou proteger alguns corpos e outros não. Negrxs, estrangeirxs, mulheres, dissidentes do gênero inteligível e pobres representam as categorias de humanos que geralmente são alvos de violência arbitrária e, às vezes, autorizada e consentida.

A escola através de sua “pedagogia da sexualidade” (LOURO, 1999) – disciplina e normaliza os corpos humanos a partir do esquema de inteligibilidade e enquadramento que Butler denomina “matriz heterossexual”. Esta moldura define o gênero inteligível, ou melhor, apenas aquele que seja coerente à seguinte sequência: sexo oposicional estável=gênero oposicional estável= heterossexualidade praticada compulsoriamente (BUTLER, 2010, p. 216). A partir deste esquema de inteligibilidade, os processos escolares de reconhecimento podem ter como consequência inúmeras violências aos sujeitos que não se encaixam nesta matriz.

Sendo a escola heteronormativa não é de se estranhar a existência dos processos excludentes postos em prática em relação aos sujeitos ‘desviantes’. Destarte, a escola cultiva e consente um ensino heterossexista e homo-lesbo-transfóbico. Através desse tipo de ensino a instituição educativa controla e vigia a “conduta sexual, do gênero e das identidades raciais” (JUNQUEIRA, 2015, p. 39), principalmente.

Se as condições de reconhecibilidade dos sujeitos na educação são pautadas na matriz heterossexual e na heteronormatividade, a filósofa Judith Butler nos oferece deslocamentos necessários para se repensar e subverter as pedagogias da exclusão em relação às performances de gênero e às sexualidades, que constituem os processos educativos brasileiros. Talvez o principal deslocamento engendrado por sua filosofia aos esquemas de inteligibilidade que intensificam a precariedade e a vulnerabilidade dos sujeitos dissidentes, é o seu conceito de gênero.

O gênero nem é uma escolha individual e nem uma imposição/inscrição cultural no indivíduo. A produção do gênero é vinculada a certas proscricções e sanções. Ele é uma identidade que se constitui na “repetição estilizada de actos” (BUTLER, 2010, p.70), ou seja, não é um fato e sim uma realização performativa: “uma prática reiterativa e citacional pela qual o discurso [de gênero] produz os efeitos que ele nomeia” (BUTLER, 2013, p. 111). Em acréscimo, pela via performativa, o caráter ficcional dos atos que fazem o gênero é ocultado e sua essência – o sexo – é materializada.

O sexo, fundamento do binarismo de gênero, não é algo fixo que se tem. É uma das normas que viabiliza e qualifica os corpos no interior de uma inteligibilidade cultural (BUTLER, 2013, p.156). Longe de ser um dado material dos corpos, o sexo é uma norma

que governa a materialização corporal. Para Butler, materialização, como alternativa às concepções de construção, significa um processo que estabiliza e produz o efeito de fixidez e superfície (matéria) (Ibid., p.119).

Em síntese, o gênero é o meio discursivo que produz e estabelece o ‘sexo’ como algo pré-discursivo, anterior a cultura (BUTLER, 2010, p.25). A inteligibilidade dos gêneros é sustentada pela continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo (Ibid., p.38). Este esquema de inteligibilidade exige um contexto de heterossexualidade estável e oposicional (Op., Cit). É a heterossexualidade compulsória e naturalizada que regula o gênero em um binarismo- masculino diferente do feminino (Ibid., p.45). Se a escola percebe seus atores apenas pela matriz heterossexual, as suas pedagogias continuarão intensificando a vulnerabilidade, a estigmatização e a abjeção dos sujeitos “desviantes”.

Conclusões

A subversão das pedagogias excludentes da diversidade de gênero e sexualidade passa necessariamente pelo deslocamento do entendimento hegemônico que os diversos sujeitos da educação possuem em relação ao gênero, ao sexo e à sexualidade. Neste sentido, os conceitos de performatividade de gênero, matriz heterossexual e gêneros inteligíveis perfazem uma tríade conceitual que desloca as pedagogias sociais e escolares heteronormativas e concorrem para a destruição do binarismo oposicional de gênero, talvez o fundamento através do qual tantas violências e práticas de não-reconhecimento são perpetradas àqueles corpos que não importam para os processos educacionais brasileiros da atualidade.

Referências

BENTO, Berenice. *Queer* o quê? Ativismo e estudos transviados. Dossiê Teoria Queer. **Revista Cult**: São Paulo, agosto/2014b. <http://revistacult.uol.com.br/home/2014/10/queer-o-que-ativismo-e-estudos-transviados/>.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. **Cuerpos que importan**: sobre los limites materiales y discursivos del ‘sexo’. 1.ed. Buenos Aires: Paidós, 2002.

_____. **Deshacer el género**. Trad.patricia Soley-Beltran. Barcelona: Paidós, 2006a.

_____. **Vida precária**: el poder del duelo y la violencia. Trad. Fermín Rodríguez. 1.ed. Barcelona, Buenos Aires, México: Paidós, 2006b.

_____. **Quadros de guerra:** quando a vida é passível de luto. Trad. Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016a.

_____. Corpos que ainda importam. In: COLLING, Leandro (org.). **Dissidências sexuais e de gênero.** Salvador: EDUFBA, p. 19-41, 2016b.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do 'sexo'. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Trad. Tomaz Tadeu da Silva. 3.ed. Belo Horizonte, Autêntica, 2013.

FREIRE, Sofia. Um olhar sobre a inclusão. In: **Revista da Educação**, Vol. XVI, nº 1, 2008 | 5 – 20. Disponível em: <http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/5299/1/Um%20olhar%20sobre%20a%20Inclus%C3%A3o.pdf> . Acesso: 20/06/2016.

GENTILI, Pablo. Adeus à escola pública: a desordem neoliberal, a violência do mercado e o destino da educação das majorias. In: GENTILI, Pablo (Org.). **Pedagogia da exclusão:** crítica ao neoliberalismo em educação. Tradução de Vânia Paganini Thurler e Tomaz Tadeu da Silva. 15. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 228-252.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. A pedagogia do armário: heterossexismo e vigilância de gênero no cotidiano escolar. In: Revista **Educação Online**, PUC-Rio, n.10, p.64-83, 2012.. Disponível em http://www.maxwell.lambda.ele.pucRio.br/rev_edu_online.php?strSecao=input0 . Acesso: 19/04/2016.

_____. Pedagogia do armário. In: **Revista cult:** dossiê- ditadura heteronormativa, São Paulo-SP, Editora Briantine, n.202, ano 18, junho/2015. P.38-41

LOURO, Guacira Lopes. Pedagogias da sexualidade. In: LOURO, Guacira (Org.). **O corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. 2.ed. Belo Horizonte: Autêntica, UFOP, 2016.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a teoria queer.** Trad. Guacira Lopes Louro. 1.ed. Belo Horizonte: autêntica,2015.

STRECK, Danilo Romeu. Da pedagogia do oprimido às pedagogias da exclusão: um breve balanço crítico. In: **Educ. Soc**, Campinas, v. 30, n.107, p. 539-560, maio/ago,2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v30n107/12.pdf> . Acesso: 18/06/2016.